

A deficiência da cobertura da aids: por um jornalismo mais cidadão e aprofundado

The disability of the aids coverage: for a more thorough and citizen

Joana BELARMINO¹
Jonas Lucas VIEIRA²

Resumo

Este texto tem como objetivo discutir a cobertura jornalística no que diz respeito às narrativas sobre aqueles que vivem com aids, evidenciando a necessidade de se realizar atividades com uma linguagem mais cidadã e aprofundada sobre o tema. O que se põe em causa aqui é a busca por um suporte comunicacional que possa expor as necessidades dos soropositivos e ampliar a discussão acerca dos conflitos existentes entre eles, o poder público e a sociedade. Por meio de uma cobertura jornalística consistente, é preciso divulgar e problematizar ações em favor dos HIV positivo de um modo o mais aprofundado possível, visando desmistificar estigmas e estimular a prevenção da doença com maior efetividade e amplitude.

Palavras-chave

Jornalismo; Cobertura Jornalística; Direitos Humanos; Aids.

Abstract

This text aims to discuss the journalistic coverage with regard to the narratives of those living with aids, highlighting the need to perform activities with a more citizen and reasoned language on the subject. Here, the main cause is the search for a communication support that may expose the needs of HIV-positive people and enlarge the discussion about the conflicts between them, the government and the society. Through a consistent journalistic coverage is required to disclose and problematize actions in favor of HIV-positive people in the most profound way possible, in order to demystify stigmas and stimulate the prevention of this disease with more effectiveness and ampleness.

Keywords

Journalism; Journalistic Coverage; Human Rights; Aids.

RECEBIDO EM 15 DE MAIO DE 2015
ACEITO EM 03 DE AGOSTO DE 2015

¹ Jornalista, docente do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, da Universidade Federal da Paraíba (PPJ-UFPB). Doutora em Comunicação Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialista em Metodologias de Comunicação e bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pela UFPB. Contato: joanabelarmino00@gmail.com

² Jornalista, discente do curso Mestrado Profissional em Jornalismo, do PPJ-UFPB. Especialista em História e Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Bacharel em Biblioteconomia e Jornalismo e graduando em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Contato: jonaslucasvieira@hotmail.com

Suspeito que a visão de Walzer, do crítico ligado ao cidadão, é simpática para muitos de nós. Gostaríamos de ser mais do que vozes da academia. Seria compensador falarmos para e com os nossos concidadãos sobre questões urgentes que envolvem os media e a esfera pública, e são cada vez mais. (...) A saída mais fácil é definir a própria universidade como uma "esfera pública crítica" e assim o local próprio para actos de crítica social (...) (ROSEN, 2003, p.34).

Uma das cobranças da sociedade para a atuação do jornalismo e da universidade é essa necessidade de articular as problemáticas sociais e a crítica a respeito delas. Rosen (2003) evidencia acima que tal articulação deve nortear os trabalhos de quem faz parte do espaço acadêmico, bem como do campo midiático. O jornalismo, particularmente, configura-se como uma construção da realidade factual em um curto espaço, quer seja de tempo ou ambiente. Na lógica de produção jornalística, a novidade e o relato do imediato nem sempre comportam aprofundamento. Ao mesmo tempo em que se volta para o imediatismo, a narrativa jornalística busca nas histórias das pessoas uma maneira de contextualizar e explicitar as questões da humanidade. Essa relação é realizada muitas vezes sem o devido aprofundamento na contextualização, gerando várias críticas para a linguagem jornalística. No entanto, o jornalista encontra em trabalhos mais consistentes, como matérias com uma maior amplitude de dados, um caminho para a construção de uma narrativa mais aprofundada. Fernandes (2002) destaca ser indiscutível, por exemplo, o papel do jornalismo para dar visibilidade às questões que envolvem Direitos Humanos e cidadania. Para o autor, a complexa sociedade atual precisa de um lugar para enviar os temas relevantes. Não só para dar ênfase a esses temas, mas também interpretá-los. Há demandas que exigem transformação nos padrões culturais da sociedade e o jornalismo, por sua visibilidade ampliada, é um forte aliado na divulgação dessas novas exigências. Existe uma preocupação constante dos atores sociais não apenas em obter mais espaços nos jornais, mas também em conseguir uma maior clareza na abordagem jornalística.

Desse modo, cabe ao jornalista propiciar meios para garantir a divulgação correta das informações e desenvolver o senso de

responsabilidade não só dos profissionais e das fontes, mas também do público. Essa responsabilidade implica em auxiliar o leitor nas suas decisões, aprimorar a cultura, colaborar com o processo de cidadania, divulgar o que é da ordem de interesse público e, principalmente, responsabilizar-se por tudo o que divulga. Justamente o que se observa numa cobertura jornalística com profundidade. Traquina (2001) destaca ser isso um jornalismo ativo, como uma transformação nas prioridades dos jornalistas ao elaborarem uma reportagem. O foco da notícia seria, assim, o interesse do cidadão comum, dos grupos que lutam por Direitos Humanos e não apenas os interesses dos políticos e dos grupos detentores do poder econômico. Lima (1993) enfatiza que, com a atual conjuntura da indústria midiática, as grandes reportagens estão cada vez mais relegadas a uma ilha dentro do jornalismo diário, e mesmo nos jornais semanais e nas revistas. Elas se atrofiam em função das grandes massas de informações que são resolvidas pelas fórmulas das notícias mais tradicionais, que são as pirâmides invertidas.

Com foco nessas questões, esse artigo se destina a analisar como a cobertura jornalística atua na discussão acerca da vida dos portadores do vírus HIV. Assim, tem o objetivo principal de compreender e dialogar sobre a maneira como os soropositivos vivenciam os conflitos existentes quanto aos seus direitos e a realidade na qual vivem. Parte-se de um argumento principal de que se deve realizar uma cobertura jornalística mais aprofundada e completa quando o tema é HIV/aids, atendendo a perspectiva de melhorias para quem vive com a doença e, ao mesmo tempo, evidenciando a necessidade de um profissional jornalista que busque aperfeiçoamento e aprofundamento em sua atividade. Lima (1993) sustenta que essa prática acaba preenchendo o vazio deixado pelas publicações periódicas. Trata-se da questão da superficialidade e do extremo oportunismo com que se apresenta o trabalho da imprensa cotidiana. Atrelada ao fato em ocorrência, a imprensa luta contra o relógio, briga com a concorrência, praticando em muitas ocasiões o exercício de uma informação pública imprecisa, incompleta (LIMA, 1993, p. 32). O exercício de uma produção jornalística com completude é, então, fruto da inquietude do jornalista que tem algo mais profundo a dizer e não encontra espaço para materializar tal produção no seu âmbito regular de trabalho. Esse jornalista busca realizar um feito que lhe permita utilizar

todo o seu potencial de construtor de narrativas da realidade. É visando uma narrativa ampliada e com aprofundamento que o jornalista se propõe a produzir esses trabalhos. Essa profundidade pode se dar horizontalmente (sentido extensivo), verticalmente (sentido intensivo) ou numa mescla de ambos. No primeiro caso, esse aprofundamento é extensivo (ou horizontal) quando o leitor é brindado com dados, números, informações, detalhes que ampliam quantitativamente sua taxa de conhecimento do tema. Já no segundo caso, o aprofundamento é intensivo (ou vertical) quando o leitor é alimentado de informações que lhe possibilitam aumentar qualitativamente o seu conhecimento. E assim é que se pretende aqui salientar a necessidade de uma cobertura jornalística mais aprofundada em relação à exposição da vida dos HIV positivos.

Cobertura jornalística e a narrativa sobre os soropositivos

Diante da complexidade e dos estigmas existentes sobre as pessoas que vivem com aids, a necessidade de se discutir a produção jornalística sobre a questão vai ao encontro de uma prática que busca atender para os interesses da cidadania e da participação social. Cascais (2001) revela que, ligada às mais variadas e possíveis esferas da vida humana, as atividades jornalísticas têm, desde a década de 1980, apresentado contornos que lhes atribuem um compromisso direto com a promoção da cidadania e com o desenvolvimento. Mas até que ponto os jornalistas conseguem discutir coerentemente um assunto como a aids? Fausto Neto (1999) argumenta que o tema da doença se constitui uma questão de referência. De um lado, porque ele é semantizado pelas mais diferentes instituições contemporâneas, produtoras de conhecimentos e de comportamentos. Por outro lado, pelo fato de sua compreensão semântica ter se instituído ao mesmo tempo em que as instituições construam estratégias para enunciá-la.

Sousa (2004) define que o processo jornalístico é realizado por meio da transformação de acontecimentos, ideias e problemáticas em notícias e de difusão pública destas últimas. Quando se trata da aids,

nota-se um posicionamento bem estruturado e categorizado na cobertura: as notícias e as reportagens expõem basicamente dados de fontes oficiais e argumentos mais reativos, sem incentivos para pautas singulares e com aprofundamento. Isso pode ser constatado numa rápida análise dos títulos das matérias que saem cotidianamente na imprensa, tais como “Próximos cinco anos serão cruciais para evitar rebote da epidemia de aids” (Jornal do Commercio, 24/06/2015), “Pesquisa apresenta resultado otimista sobre vírus da aids resistente a retrovirais” (Diário de Pernambuco, 08/04/2015), “Usuários de crack mais vulneráveis a contrair vírus da aids: Pesquisa mostra que, no Recife, 5,3% dos usuários possuem HIV.” (Jornal do Commercio, 12/01/2013) e “Incidência de aids em prisões reforça campanha contra maioria penal” (Diário de Pernambuco, 23/06/2015). Esses títulos revelam que o tema HIV/aids é tratado pela grande mídia, essencialmente, como algo alarmista, partindo de releases e não necessariamente de modo plural, com diversidade de fontes e argumentos sólidos a respeito do assunto.

Sendo assim, fica enfatizada aqui, ao se destacar a necessidade de uma produção jornalística mais aprofundada quando se trata dos soropositivos, a intenção de transpor os limites institucionais e disseminar informações que vão além da organização jornalística, buscando especialmente conscientizar as pessoas sobre ações em defesa dos direitos dos portadores do vírus da aids e da prevenção da doença. Concordando com Chaparro (1994), em termos práticos, o que deve ser tratado nessa perspectiva, é um processo social de ações conscientes, controladas ou controláveis, ou seja, fazeres combinados com intenções que alteram o cotidiano de pessoas ou de populações inteiras. Por isso, ao pensar sua relação com aspectos comuns à sociedade, deve-se considerar que seu fazer resulta em tomadas de decisão e ações ligadas aos avanços e ao progresso de comunidades, regiões, enfim, de todo o organismo social.

A intenção de se realizar uma cobertura mais aprofundada e ampla, para pôr em evidência a vida e a luta por direitos dos soropositivos, encontra respaldo no jornalismo cívico. Por desafiar as noções mais tradicionais do jornalismo, Eksterowicz, Roberts e Clark (2003) revelam que a prática do jornalismo cívico representa uma tentativa de ligar os jornalistas às comunidades no interior das quais operam, colocando a

distribuição dos cidadãos no centro das preocupações jornalísticas. Por sua vez, Duarte (2009) argumenta que a comunicação é hoje o ponto de partida e de encontro para o processo de reaprendizado da cidadania. A atitude cidadã implica em mobilização, cooperação e formação de vínculos de corresponsabilidade para com os interesses coletivos. A regra da luta pela inclusão, nesse sentido, são as expectativas e opiniões conflitantes e não o consenso de vontades. Diante da evolução tecnológica e informacional, percebe-se a ampliação dessa perspectiva e a necessidade de garantir uma comunicação plural e mais aberta aos cidadãos se torna uma das perspectivas do cotidiano midiático. É uma nova configuração no processo da comunicação social, não só por meio dos avanços tecnológicos existentes, mas também por conta da necessidade de atender a uma demanda cada vez mais voltada para os interesses dos cidadãos, buscando dar vozes às minorias e extirpar estigmas que são cada vez mais perpetuados por uma sociedade marcada pelo sectarismo.

Goffman (1982) destaca que a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada categoria social. Os ambientes sociais estabelecem, com isso, as categorias de pessoas que têm probabilidades de serem neles encontradas. Assim, as relações sociais, em ambientes estabelecidos, permitem um relacionamento com o outro sem atenção ou reflexão particular. É possível com o jornalismo buscar se desvincular dessas amarras. Por ser uma prática que tem como dever a divulgação de informações de interesse público e de defesa dos direitos dos cidadãos, pode-se encontrar em alguns produtos jornalísticos reflexões e aprofundamentos que dizem respeito não só a determinados grupos sociais, mas também a sociedade como um todo. Então, é preciso articular os interesses de cada um com as necessidades de todos, o que recai no fato de ser essencial um espaço propício para as demandas dos portadores do vírus HIV e as necessidades de combate à aids. O compromisso desse tipo de trabalho deve ser, acima de tudo, refletir acerca da falta de coerência na exposição dos soropositivos, bem como destoar da estigmatização de que eles são alvo.

Essa perspectiva assinala também a preocupação em realizar uma

prática jornalística comprometida com as necessidades sociais, priorizando o exercício consciente da cidadania. A aids, dos importantes temas da contemporaneidade, sempre é um dos principais objetos de discussão, nas mais diversas áreas, devido às implicações culturais e sociais que envolvem a doença. Para Carvalho (2009), a mídia, na contemporaneidade, constitui-se como um dos mais poderosos instrumentos de construção de conceitos e de criação de valores e sentidos humanos, configurando-se como uma moldura de performances sociais. Com isso, articulam negociações com os conjuntos da sociedade, especialmente em situações que envolvem temas polêmicos. No caso da aids, as narrativas jornalísticas se constituíram e ainda se constituem lugares privilegiados para a percepção das estratégias que os diversos atores sociais adotam para se posicionarem diante do tema. Especificamente no caso de campanhas de prevenção na mídia, Medina (2011) destaca que os procedimentos adotados por médicos infectologistas e comunicadores partem de uma linguagem autoritária que, muitas vezes, não causam efeitos concretos no público. De fato, a linguagem midiática se utiliza constantemente de um discurso de poder. Charaudeau (2006) define que é uma palavra imposta como autoridade, que procede de uma posição de supremacia ou de posição acima das massas. Essa autoridade confere sentido à ação social, servindo-lhe de guia e fundamentando sua potência. Ou seja, torna-se significativo para quem se identifica e, ao mesmo tempo, adere a sua intenção.

No entanto, a mídia possibilita também recursos para os indivíduos enxergarem nexos no mundo social. Kellner (2001) relata que são meios para falar de experiências, discursos e práticas de instituições e relações sociais que ajudam o indivíduo a entender seu mundo. Justamente com o intuito de enxergar, compreender e divulgar uma determinada realidade – de quem vive com aids – é que um projeto de produção jornalística aprofundada deve ser arquitetado, uma vez que os produtos midiáticos são intencionalmente produzidos e particularmente recebidos. Como afirma Thompson (2005), as condições de recepção e apropriação dos conteúdos são situadas. Ou seja, um ativo processo de construção de significados que se realiza de forma particular em certos contextos sócio-históricos. Dessa maneira, a mídia se realiza como dispositivo de construção de um mundo comum, na medida em que o alcance temporal

e espacial de sua visibilidade se efetiva como recepção. Por isso, a comunicação propicia o relacionamento, a diversidade discursiva e a apropriação de sentidos, através do embate ou da integração, por parte dos indivíduos na realidade de suas vidas cotidianas. Assim, Lima (1990) enfatiza que, para o jornalista, o sentimento, a objetividade e a especulação filosófica não podem, evidentemente, estar ausentes do discurso, pois o homem é sempre um todo. O autor categoriza ainda que o jornalista autêntico tem o dever de não fornecer ao público o ópio que ele pede e sim, a verdade de que ele sempre precisa. Com a possibilidade de integrar a sociedade às necessidades dos portadores do HIV, bem como às questões relacionadas aos Direitos Humanos, o produto jornalístico discutido aqui busca se legitimar.

Além disso, o que se deve constar nesse produto é a busca de construção de uma narrativa alicerçada não apenas na profundidade que a temática da aids necessita, como também nos recursos estilísticos que tornem os conflitos, os anseios e a vida dos soropositivos expostos menos sensacionalistas e mais singelos e humanizados. No caso específico do jornalismo, como afirma Guedes (2007), dentro e fora da imprensa, os jornalistas muitas vezes buscam na alegoria um recurso para narrar suas histórias. Com isso, intentam disfarçar os fatos que querem contar, concedendo ao leitor a possibilidade de acessar as informações nas entrelinhas do texto. Mas esses fatos não são instituídos assim aleatoriamente, há sempre um posicionamento acerca deles. Gregolin (2003) relata que a coerência visível em cada texto é efeito da construção discursiva e o sujeito pode interpretar apenas alguns dos fios das teias de sentidos que invadem o campo do real social. Desse modo, o efeito de coerência e unidade do sentido é construído por agenciamentos discursivos dos enunciadores, que controlam, delimitam, classificam, ordenam e distribuem os acontecimentos discursivos em dispersão. O que os textos oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação do que seja real. Jornalistas, quando buscam nessas formas simbólicas os meios para narrar os acontecimentos, tornam-se uma espécie de instrumento facilitador e tradutor dos fatos para quem consome os seus produtos. Seja

num livro, num jornal ou ainda em uma tradução documental, a necessidade de quem narra o acontecimento é fazer com o que o leitor possa entender e decifrar o que está sendo exposto. Isso pode ser realizado de diversos modos e com distintos procedimentos, mas sempre buscando atingir o objetivo principal: transformar o que se ouve ou lê em uma narrativa propícia ao entendimento do outro, quer para si próprio ou para o próximo. Ou seja, entender e compreender uma realidade a fim de transformá-la em um produto que dê visibilidade para as questões existentes nela, salientando no caso exposto aqui a aids e sua complexidade.

Barbosa (2003) destaca que, uma vez produzido no interior de uma prática que se pauta pelo emprego de estratégias de manipulação do real e pelo sensacionalismo, o acontecimento é, antes de tudo, produto de uma montagem e de escolhas orientadas de imagem, que lhe garantem o efeito de acontecência – a impressão do vivido mais próximo daqueles que o vivem. Sendo um produto dos meios de comunicação, esse novo acontecimento é projetado, lançado e oferecido ao público sob a forma de espetáculo. Somado a isso, vem o fato de a mídia impor imediatamente o vivido como história. Diante dessa perspectiva, a mídia se torna para as massas a forma mais moderna, senão a única, de viver a história. Não à toa o sucesso dos livros lançados por jornalistas. Além do modo como se escreve, midiaticizado e romanceado, o mérito dessas obras é dado em grande parte por ser um produto escrito por alguém que faz parte da mídia, já que ela é referência para a sociedade contemporânea. No entanto, esse não é o formato que se propõe quando se trata de contar a vida dos HIV positivo. Quando se sugere aqui a escrita de uma narrativa aprofundada sobre o assunto, como um livro-reportagem, não há intenção primordial de ser um produto mercadológico, mas sim uma produção voltada aos anseios e aos diálogos acerca de uma realidade difícil de conviver em muitos aspectos, trazendo problemáticas e traçando meios para a pacificação e resolução de conflitos que nem deveriam existir.

Como define Gregolin (2003), os trajetos simbólicos, construtores do imaginário social, dependem de um diálogo entre sujeitos, entre enunciadorees (aqueles que fazem circular concepções de mundo) e enunciatários (que as interpretam, reconhecendo-as ou não). Nesses trajetos, por meio dos múltiplos imaginários, traduzem-se visões de

mundo que coexistem, superpõem-se ou se excluem enquanto forças reguladoras do cotidiano. Assim, o real é sobredeterminado pelo imaginário e, nele, os sujeitos vivem relações e representações reguladas por sistemas que controlam e vigiam a aparição dos sentidos. Sendo assim, um novo jornalismo legitima-se ao se aproximar da realidade para acompanhar o cotidiano das pessoas ou o passo a passo das situações que pretende retratar. Para tanto, vale-se da capacidade de discernir a dureza do real que o ser humano só suporta se transformar em ficção. Com isso, de acordo com Lima (1993), o jornalismo pode absorver elementos do fazer literário, mas transformando-os, dá-lhes um aproveitamento direcionado a outro fim. Para o autor, a literatura está basicamente interessada na escrita e, mesmo quando representa o real, a factualidade concreta não é o item primordial. A tarefa de sair ao real para retratá-lo é a missão que o jornalismo exige das formas que passa a importar da literatura, adaptando-as e transformando-as. A produção jornalística, como mediação com um mundo que se sente cada vez mais próximo e mais do ser humano, deve atender ética e esteticamente aos requerimentos de uma nova humanidade em florescimento – justamente o que se pretende destacar aqui: uma forma de análise do cotidiano e das problemáticas de pessoas que buscam o direito de viverem sua vida plenamente, independente de terem um vírus, ainda que incurável, nos seus organismos.

Aprofundamento de dados e fontes como solução à cobertura sobre aids

A necessidade de uma narrativa mais aprofundada, acerca do tema da aids, justifica-se não só como uma forma de evidenciar uma prática jornalística desafiadora, mas também por não haver muitas produções que enfoquem esse tipo de assunto de maneira mais aprofundada e com histórias de interesse humano de fato. Há muitos trabalhos isolados, reportagens especiais no dia mundial de combate à aids, mas não uma constante cobertura que busque especificamente nos diversos tipos humanos, e nas necessidades deles, discutir questões dos direitos que não são garantidos às pessoas positivas para o HIV. Visando preencher essa

lacuna, a principal proposta editorial de uma cobertura sobre a temática deve ser mostrar às pessoas que a aids é uma realidade e não pode ser negligenciada. Além disso, deve-se buscar, por meio dessa produção jornalística, somar esforços visando combater o preconceito com relação aos portadores do vírus HIV, destacando os meios propícios para o atendimento das necessidades e dos direitos a que eles têm.

Com isso, a prática jornalística pode dialogar com distintos pontos acerca do assunto, visando propiciar um maior entendimento e apontar como podem ser articuladas ações em favor do ser humano, de suas necessidades sociais e de saúde. A imagem de quem vive com aids traz uma relação da infecção pelo HIV com comportamentos desviantes da norma social, e a conseqüente divisão entre “vítimas” e “culpados”, o que contribui para o preconceito, estigmatização e discriminação de pessoas com sorologia positiva ou com suspeita de ter esse diagnóstico. Dessa forma, o estigma da doença é entrelaçado com as identidades sociais e a motivação para manter a identidade social positiva, sendo esta uma necessidade das pessoas não infectadas para protegerem suas identidades como saudáveis e não desviantes. O intuito de uma produção jornalística aprofundada sobre a aids é não apenas mostrar como os soropositivos sofrem com estigmas e preconceitos, mas ainda salientar que são pessoas que merecem e lutam por direitos que lhes são inatos, como quaisquer seres humanos.

Nesse sentido, alguns materiais presentes na grande imprensa se destacam por uma cobertura mais ampla. Por exemplo, os especiais “Tenho aids e vivo bem: 1 de dezembro – Dia Mundial de Luta contra a aids” (Diário de Pernambuco, 01/12/2012) e “ImpositHIVos na luta contra a aids” (Jornal do Commercio, 01/12/2014), assim como a reportagem “ONG luta agora para manter a própria vida com dignidade: Grupo de Trabalhos em Prevenção Posithivo (GTP+) precisa de ajuda para continuar assistindo portadores de HIV/aids, da jornalista Fabiana Moraes, publicada no Jornal do Commercio, em 13 de julho de 2013. Constatam-se nesses trabalhos alguns posicionamentos distintos daqueles que normalmente estão presentes na mídia: diversidade de fontes e histórias de vidas mais humanizadas, menos sensacionalistas e com ênfase para os direitos e necessidades daqueles que vivem com aids. Mas, como se percebe, são casos pontuais e que só estão em evidência por causa de uma data

específica ou por denúncia de abandono para uma instituição. E por que a imprensa não pode abarcar essa perspectiva cotidianamente? Lima (1993) sustenta que certos temas não agradam ao veículo cotidiano de imprensa, por razões editoriais, tais como o eventual pequeno interesse de sua audiência por um tratamento em profundidade de certas temáticas, ou a carência de um nível de especialização, por parte do veículo, que não justifique uma abordagem verticalizada.

No entanto, Rolando (2011) observa que quem lida com a experiência relacional entre instituições e cidadãos – em escritórios que, com diferentes títulos, comunicam e informam – age em ambientes que quase sempre têm passado por diferentes percepções quanto à missão e a diferentes condições relacionadas com as funções das organizações. Por isso, não é de se estranhar a necessidade de haver uma maior quantidade de trabalhos midiáticos com demandas sociais. O compromisso que se impõe ao jornalista quando realiza uma produção jornalística mais aprofundada não é somente o do mesmo desfecho encontrado nas páginas dos jornais ou livros de história, ele também determina a própria maneira de contar. Ainda que o formato livro propicie e solicite maior profundidade, com atenção à complexidade dos fatos, com humanização do relato, esmero da forma, maior diálogo com outros gêneros, esse tipo de narrativa deve basicamente responder aos mesmos princípios da reportagem, sob o risco de perder a credibilidade, que é um dos seus atrativos.

A discussão aqui exposta busca endossar essa realidade ao evidenciar que o jornalista deve atuar em sua prática, especialmente quando se trata de um tema tão delicado quanto uma doença, de modo o mais coerente possível. Afinal, segundo Traquina (2001), a aids é elevada a status de notícia na imprensa sempre orientada pelo fator acontecimento, sendo que pautas sobre a doença são raramente iniciadas por jornalistas. A cobertura da imprensa, então, é muito mais reativa e o assunto entra em pauta devido a um acontecimento relacionado ao tema ou a um dado fornecido sobre a doença pelas fontes oficiais – fato típico do processo de industrialização no jornalismo. Como argumenta Bourdieu (1997), existem dois polos para o campo jornalístico: esse considerado

ideológico e positivo; o outro, de cunho econômico e negativo, pois trata o produto jornalístico (a notícia) como um negócio e uma mercadoria, que alimenta o desenvolvimento de companhias altamente lucrativas. Para tanto, os jornalistas partilham estruturas invisíveis (“óculos”) através das quais veem certas coisas e não veem outras. O jornalismo se torna, então, detentor de uma parte seletiva da realidade e os membros da comunidade profissional partilham não só de uma maneira de ver, mas também de agir e de falar – o “jornalês”.

Porém, o desenvolvimento de um produto jornalístico aprofundado sobre a contaminação do HIV pode destoar um pouco disso, mostrando que a aids é uma temática que necessita ser discutida e posta em evidência com uma cobertura jornalística de interesse público de fato. Ou seja, por ser um assunto de substancial interesse público, é preciso que exista uma preocupação e esforços para que ele possa estar em discussão e em pauta cotidianamente, bem como possa ser posto em evidência de modo condizente com as necessidades daqueles que vivenciam de fato a problemática de discriminações, negligências e lutas por terem a sorologia positiva. Objetivando concretizar essa perspectiva, uma solução dada aqui é a realização de pautas com fontes não apenas oficiais, mas compostas por organizações distintas que atuam com a temática da aids e expor as necessidades dos soropositivos juntamente com os representantes das entidades. É essencial conhecer exemplos práticos da atuação dessas organizações, procurando perceber de que maneira elas podem ser úteis em ações que reivindiquem os direitos de quem vive com HIV/aids. Uma boa sinalização disso pode ser constatada no depoimento adiante.

As pessoas que vivem com aids precisam entender que as conquistas dos direitos para elas foram dadas por aqueles que se expuseram e lutaram ao longo de suas vidas. (...) A gente nem está pedindo mais. Só queremos continuar garantindo o que já conquistamos e não estamos conseguindo. (...) Queremos apenas propiciar uma vida digna para quem precisa (REIS, W. C., 2015).

Com essas palavras, notam-se as necessidades que os soropositivos possuem e a luta que enfrentam na garantia de seus direitos. Os argumentos saíram de quem vivencia isso de fato: Wladimir Cardoso Reis, que tem hoje 54 anos de idade e vive 26 deles na luta em favor dos que,

assim como ele, são HIV positivo. Ele é coordenador da primeira Organização Não-Governamental (ONG) formada somente por quem vive com aids no Nordeste brasileiro, o Grupo de Trabalhos em Prevenção Positivo (GTP+), no Recife. Nesses pensamentos expostos, verificam-se os conflitos que podem existir quando as pessoas possuem a necessidade de preservar sua intimidade (por causa de preconceito e estigmatização social) e, ao mesmo tempo, ter de expô-la para que possam adquirir melhorias e direitos inerentes a suas condições. Sendo assim, o papel da imprensa poderia tanto de orientação e informação quanto de atendimento às necessidades dos que estão à margem de um convívio social digno.

Para tanto, as ações dos jornalistas podem se relacionar com métodos de pesquisas sociais, tais como o antropológico. Como salienta Lago (2007), depois de se realizar uma pesquisa inicial e identificar quais as questões que pretende enfocar, o narrador deve estar pronto para o trabalho de campo, a experiência que propicia o contato com o outro e que se inicia com a observação sobre a totalidade possível das práticas do grupo. O intuito é obter uma participação conjunta, dando ao trabalho uma característica cidadã, a exemplo da comunicação pública e do jornalismo cívico, articulando-o não só com as questões profissionais, mas também sociais. Esse método de trabalho e atuação evidencia ainda uma pesquisa participante, na qual os envolvidos na produção podem ter como uma das finalidades, nos resultados e na realização do material, retornar os dados ao grupo pesquisado e aplicar tudo em benefício dele (PERUZZO, 2005, p.131). Já no que diz respeito à técnica de coleta de dados, além de pesquisas bibliográficas e documentais, devem ser adotadas, ao longo da cobertura jornalística, as entrevistas em profundidades. Os objetivos dessas entrevistas, em conformidade com Duarte (2006), estão relacionados ao fornecimento de elementos para compreensão de uma situação ou estrutura de um problema. Esses objetivos estão, muitas vezes, mais relacionados à aprendizagem por meio da identificação da riqueza e diversidade, pela integração das informações e síntese das descobertas, do que ao estabelecimento de conclusões precisas e definitivas. Por isso, entrevistar em profundidade é uma técnica dinâmica

e flexível, útil para apreensão de uma realidade para tratar de questões relacionadas à intimidade do entrevistado e para descrever os processos complexos nos quais as pessoas estão envolvidas.

Foi aí que percebemos como eles nos usavam, éramos objetos para os interesses deles. Posando de pessoas dispostas a ajudar os 'aidéticos', como eles chamavam, mas onde está essa ajuda de fato hoje? Cadê o dinheiro que conquistamos com tanta luta? E os equipamentos, os leitos? Não se tem cuidado com a manutenção e tudo se quebra assim, do nada. E o direito a um serviço de saúde de qualidade que temos? Onde fica? (REIS, W. C., 2015)

Como se verifica no depoimento acima, as reivindicações e buscas por melhorias de vida dos soropositivos devem cada vez mais ser expostas e salientadas, pois o direito à saúde e a dignidade da pessoa humana são inerentes a todos. Assim sendo, a cobertura jornalística sobre as pessoas com HIV positivo deve ser também discutida com representantes dos Direitos Humanos e dos grupos que lidam com a temática da aids, pois é necessária a coerência dos dados e informações que serão publicizadas, conforme se acredita aqui que a temática mereça. Esse intuito atende, mais uma vez, à finalidade de uma pesquisa participante, pois esta, como destaca Peruzzo (2005), quando se relaciona com a área de Comunicação Social, observa fenômenos importantes, principalmente aqueles ligados a experiências populares de comunicação voltadas para o desenvolvimento social e que eram até então pouco expressivas ou ausentes no âmbito das narrativas midiáticas.

Com isso, os processos desenvolvidos durante a realização de um trabalho jornalístico sobre HIV/aids também se coadunam com os objetivos de uma análise etnometodológica. Esta esclarece de que maneira as coisas vêm a ser como são nos grupos sociais, de que maneira cada grupo e cada membro apreende e dá sentido à realidade e por quais processos intersubjetivos a mediação da linguagem entre os grupos e seus lugares constrói a realidade social que afirmam (COULON, 1995, p. 90). Além disso, nota-se que um produto jornalístico sobre quem vive com aids tem de abarcar um amplo campo de atuação e, como afirmam Bauer, Gaskell e Allum (2008), para que se tenha uma cobertura adequada dos acontecimentos sociais, é necessário que existam muitos métodos e dados expostos: um pluralismo metodológico se origina, então, como uma

necessidade metodológica para a construção de uma narrativa aprofundada. Portanto, a investigação necessita da observação sistemática dos acontecimentos e inferir os sentidos desses acontecimentos das (auto)observações dos atores e dos espectadores. Essa inferência exige técnicas de entrevistas em profundidade e a interpretação dos vestígios, que foram deixados pelos atores e espectadores, precisa de uma análise sistemática. Isso tudo para dar coerência e clareza ao trabalho desenvolvido. Como defende Lima (1993), é possível informar e orientar em profundidade sobre ocorrências sociais, episódios factuais, acontecimentos duradouros, situações, ideias e figuras humanas, de modo que ofereça ao leitor um quadro da contemporaneidade capaz de situá-lo diante de suas múltiplas realidades, de lhe mostrar o sentido, o significado do mundo contemporâneo. E efetivamente é o que tem de ser observado na cobertura jornalística sobre a problemática e complexidade da aids.

Considerações finais

O que se depreende daqui é o fato de que a cobertura jornalística, quando tratar dos soropositivos, deve ser um trabalho configurado num campo jornalístico que tem a cidadania e os Direitos Humanos como nortes. Fausto Neto e Fernandes (2011) ressaltam que, de “Quarto Poder”, o jornalismo se converte em uma nova problemática, de fontes de estudos e de preocupações. Isso acontece na medida em que várias dimensões, que constituem o fazer jornalístico (esta modalidade de prática social), são afetadas por dinâmicas e processos da sociedade em vias de midiaticização crescente, que põem em causa nova ambiência, cultura, atores, identidades, narratividades e o próprio leitorado do jornalismo. Sendo assim, fazer jornalismo em prol daqueles que vivem à margem dos direitos e sofrem com o preconceito é uma das premissas de atuação profissional, destacando o valor do jornalista como construtor de uma realidade além da do senso comum.

Conforme Fausto Neto (2006), o jornal é agente e um lugar de operação de produções de sentido e, por causa das ações dos seus dispositivos, o que é noticiado vem se transformando, deixando de ser um processo linear que envolve produtor e receptor, ou ainda uma transação de falas entre fontes e jornalistas. Tais circunstâncias revelam que os

jornalistas estariam apenas a serviço da missão de revelação e de representação de discursos que circulam pela sociedade. No entanto, o que se nota, no intuito de se obter uma cobertura jornalística aprofundada acerca da aids, é a necessidade de se desvincular dessas premissas e propiciar um jornalismo em favor de vozes diversas daquelas que detêm o poder, buscando destacar as problemáticas de comunidades e pessoas que de fato precisam ser ouvidas e atendidas em seus direitos, como cidadãs que são. Beltrão (1992) defende que o jornalismo tem como finalidade a promoção do bem comum e possui uma função educativa com o intento de esclarecer a opinião pública para que ela sinta e aja com discernimento, buscando o progresso e a ordem da vida em sociedade. Ou seja, uma prática jornalística coerente com o intuito de divulgar informação de interesse público, sem deturpações ou manipulações para que os dados sejam obtidos ou publicizados, além de abarcar os interesses da cidadania e dos Direitos Humanos.

A atuação jornalística, dessa maneira, deve estar atrelada não só ao compromisso social, mas também à ética. Como afirma Barbosa (2004), o saber e o poder exercidos pela mídia permitem-lhe praticar um “panoptismo” a partir de um lugar próprio – de onde tudo observa, mede, controla e transforma os fatos em acontecimentos – e que deve estar atrelado aos interesses da sociedade, dando voz àqueles que necessitam de atendimento em suas demandas e em seus direitos. Com isso, uma narrativa mais aprofundada e substancial, nos dizeres de Lima (1993), busca um sentido profundo do objeto e é o que aproxima o jornalista dos artistas plásticos, dos que lidam com as coisas; ou dos arquitetos, que estão sempre em relação com as exigências funcionais. Há, então, um estilo jornalístico como condição preliminar da maneira particular de escrever do jornalista. Ele, a exemplo de todo escritor ou artista, tem de atender a exigência estilística de possuir seu próprio estilo e ainda comungar com o gênero que adota. Por isso, mesmo com diferentes formatos de análise e tipos de leituras, os produtos em formato de reportagem estão sempre ligados ao fazer jornalístico de fato, especialmente quando tratam de assuntos ligados às histórias humanas e denúncias de abusos, preconceitos e lutas por uma sociedade menos discriminatória e sectária, como se deve constar numa cobertura jornalística com o tema da aids.

Referências

- BARBOSA, M. C. Múltiplas formas de contar uma história. **Alceu**, v.10, n.20, p.25-40, jan./jun. 2010.
- BARBOSA, P. L. A. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, M. do R. **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos, SP: Claraluz, 2003.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do acontecimento: evitando confusões. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BELTRÃO, L. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. São Paulo: Edusp, 1992.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CARVALHO, C. A. de. **Visibilidades mediadas nas narrativas jornalísticas**: a cobertura da AIDS pela Folha de São Paulo de 1983 a 1987. São Paulo: Annablume, 2009.
- CASCAIS, F. **Dicionário de jornalismo**: as palavras dos media. Lisboa: Verbo, 2001.
- CHAPARRO, M. C. **Pragmática do jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. 2. ed. São Paulo: Summus, 1994.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- COULON, A. **Etnometodologia e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- DUARTE, M. Y. M. Comunicação e cidadania. In: DUARTE, J. (org.). **Comunicação pública**: Estado, mercado, sociedade e interesse público. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- EKSTEROWICZ, A. J.; ROBERTS, R.; CLARK, A. Jornalismo público e conhecimento público. In: TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. (orgs.). **Jornalismo cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- FAUSTO NETO, A. **Comunicação e mídia impressa**: estudo sobre a AIDS. São Paulo: Hacker, 1999.
- FAUSTO NETO, A.; FERNANDES, J. D. (orgs.). **Interfaces jornalísticas**: ambientes, tecnologias e linguagens. João Pessoa: UFPB, 2011.
- FAUSTO NETO, A. Miatização: prática social, prática de sentido. **Rede Prosul**, São Leopoldo, Unisinos, 2006.
- FERNANDES, A. B. **Jornalismo, cidadania e direitos humanos**: uma relação reflexiva no espaço público. Salvador: Intercom, 2002.

- GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1982.
- GREGOLIN, M. R V. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, M. R V. **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo São Carlos, SP: Claraluz, 2003.
- GUEDES, N. G. de T. **Nos rastros de Rota 66 e Abusado**: o livro-reportagem e a tradição das narrativas realistas/naturalistas brasileiras. Belo Horizonte: O Autor, 2007. (Dissertação de mestrado).
- KELLNER, D. **A cultura da mídia**: estudos culturais, identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- LAGO, C. Antropologia e jornalismo: uma questão de método. In: LAGO, C; BENETTI, M. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- LIMA, A. A. **O jornalismo como gênero literário**. São Paulo: Edusp, 1990.
- LIMA, E. P. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. Barueri, SP: Manole, 1993.
- MEDINA, C. C. de A. (org.). **AIDS, na rota da esperança**. São Paulo-SP: Fundação Memorial da América Latina, 2011. v. 1.
- NASCIMENTO, V. L. V. do. **Aids e direitos humanos**: práticas sociais em situações de discriminação. Curitiba: Juruá, 2009.
- PERUZZO, C. M. K. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, J., BARROS, A. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- REIS, W. C. Entrevista dada em janeiro de 2015. (Gravação em áudio).
- ROLANDO, S. A dinâmica evolutiva da comunicação pública. In: KUNSCH, M. M. K. (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2011.
- ROSEN, J. Tornar a vida pública mais pública: sobre a responsabilidade política dos intelectuais dos media. In: TRAQUINA, N.; MESQUITA, M. (orgs.). **Jornalismo cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- SOUSA, J. P. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e da mídia**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.
- THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- TRAQUINA, N. A problemática AIDS: acontecimentos, notícias e 'estórias'. In: TRAQUINA, N. **O estudo do jornalismo no século XX**. Porto Alegre: Unisinos, 2001.